

PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO

O MUNICÍPIO QUE VOCÊ QUER...

ÉTICA, AÇÕES E SOCIEDADE

Plano de Sensibilização/Mobilização/Capacitação



BRA10-36803

Projeto 00106637

**Elaboração de Metodologia e de Guia para Implementação de Planos Diretores
Participativos de Desenvolvimento Municipal no Estado de Mato Grosso**

RELATÓRIO 02

Eduardo Cairo Chiletto

**Plano
de
Sensibilização/Mobilização/Capacitação**

DEZ/2018

Sumário

Índice de Figuras	1
Índice de Tabelas.....	2
Apresentação	3
Introdução	6
1. PRINCÍPIOS	10
2. Objetivo:	16
2.1. Objetivo Específico.....	16
2.1.1. Identificar Segmentos Sociais Atuantes nos Municípios para Participar do Processo.....	16
2.2. Diretrizes	16
3. UTILIZAÇÃO DO CADERNO.....	20
4. PLANO DE ATUAÇÃO: OS ATORES SOCIAIS E SUAS POSSIBILIDADES DE COOPERAÇÃO.....	22
4.1. A Promoção da Mobilização Social:.....	22
4.1.1. A Importância da Participação Social.	22
4.1.2. O Planejamento do Diagnóstico Participativo	29
4.1.3. Plano de Intervenção Participativo	38
4.1.4. O Monitoramento e Avaliação do Processo	42
4.1.5. Sistematização das Informações:	43
5. PRODUTO ESPERADO	48
5.1. Formulação do Anteprojeto de Lei do PDPDM:	48
5.1.1. Capacitação para implementação do Plano Diretor:	48
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS:.....	50
6.1 Resumo do Escopo dos Serviços	50
7. REFERÊNCIAS	53

Índice de Figuras

FIGURA 1.: CONSÓRCIOS INTERMUNICIPAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO.	6
FIGURA 2.: PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL. FONTE: PLANO DE SANEAMENTO DO RIO GRANDE.	11
FIGURA 3.: MODOS BÁSICOS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL DA COMUNIDADE> FONTE: PLANO DE SANEAMENTO DO RIO GRANDE.	13
FIGURA 4.: DIAGRAMA DE IDENTIFICAÇÃO E SENCIBILIZAÇÃO DA SOCIEDADE. FONTE: ADAPTADO DO PLANO DE SANEAMENTO DO RIO GRANDE.	16
FIGURA 5.: PRINCIPAIS ASPECTOS DO ESTUDO DE VIABILIDADE DO PLANO.	31
FIGURA 6.: PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO SITUACIONAL (PES). FONTE: ELABORADO COM BASE EM BRASIL (2011f).	33
FIGURA 7.: ESTRUTURA DO SITE ADAPTADO DA FUNASA: FONTE: PMSB/FUNASA	37
FIGURA 8.: PROCESSO DE PLANEJAMENTO.....	45

Índice de Tabelas

TABELA 1.: NÍVEIS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL. FONTE: ADAPTADO DO PLANO DE SANEAMENTO DO RIO GRANDE.	12
TABELA 2.: ESCOPO DOS SERVIÇOS	50

Apresentação

O grande desafio a ser alcançado neste Projeto será o de promover os meios para o acesso universal aos benefícios gerados pelos Planos Diretores Participativos de Desenvolvimento Territorial, para os municípios com população inferior a 20 mil habitantes, em Mato Grosso, com foco na **Economia Verde** – aquela que objetiva contribuir para a transformação equitativa e sustentável das estruturas com a finalidade de **alcançar a sustentabilidade ambiental, a criação de empregos decentes, a redução da pobreza e a melhoria do bem-estar humano**.

Proporcioná-lo, de forma equânime, a todos os municípios e à sociedade mato-grossense, demandará o envolvimento articulado dos diversos segmentos sociais e econômicos que serão envolvidos na parceria com o poder público.

Os Planos Diretores estão relacionados de forma indissociável à promoção da qualidade de vida, ao desenvolvimento econômico da região, aos empregos verdes, bem como ao processo de proteção dos ambientes naturais e construídos. Nesse sentido, é imprescindível desenvolver ações de **Sensibilização/Mobilização/Capacitação** que possibilitem a compreensão sistêmica que a questão exige, estimulando a participação popular, com o intuito de conscientizá-la e comprometê-la com o enfrentamento dessa questão.

Na busca pela elaboração e implementação do Plano Diretor em cada município, é fundamental estimular um olhar atento à realidade em que se vive, uma vez que para transformá-la é essencial que a população conheça os diferentes aspectos relacionados ao espaço territorial e sua infraestrutura, participe ativamente dos foros onde serão tomadas as decisões sobre as prioridades de empreendimentos e exerça controle social ao longo de todo o processo.

Nesse contexto, trabalhar com a **Sensibilização/Mobilização/Capacitação** constituirá em uma promissora possibilidade de atuação que buscará, por meio de ações articuladas, oportunizar a emancipação dos atores sociais envolvidos e, com isso, despertar o protagonismo da população na condução das transformações almejadas.

Será necessário, neste caso, inverter a lógica existente hoje de ações pontuais, que muitas vezes privilegiam cabos eleitorais em detrimento do planejamento estratégico, que têm caracterizado as gestões governamentais na maioria dos nossos municípios, transitando para um processo no qual a população e o setor empresarial, imbuídos da responsabilidade de agir, se organizem, busquem conhecer de forma aprofundada sua realidade e, a partir da leitura feita, demandar ações pautadas em suas prioridades.

Segundo Brasil (2011c, p. 62) “não se planeja algo que não se conhece, o ato de planejar pressupõe certo domínio e conhecimento sobre o objeto”.

Desta forma, o processo de planejamento pode ser balizado por seis questões essenciais:

- Qual é o objeto a ser planejado?
- Quais são os sujeitos do processo de planejamento?
- Sob quais pressupostos o planejamento será realizado?
- Quais são os objetivos do Plano?
- Qual é a metodologia que será utilizada para a sua elaboração?
- Qual é a viabilidade do Plano?

Para atingir este processo de planejamento e desenvolver o crescimento socioeconômico do município, há necessidade de que o Plano Diretor possa promover 4 (quatro) conjuntos de resultados na sua implementação:

1. Os atores da sociedade, com destaque aqui para a setor empresarial, terem reforçado e integrado objetivos em ECONOMIA VERDE e alinhado metas nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da economia e planejamento;
2. Os gestores municipais, os setores da indústria, comércio e serviços, as organizações não governamentais e demais atores, deverão implementar reformas setoriais e temáticas baseadas em evidências e em consonância com a ECONOMIA VERDE;
3. Promover capacidades individuais, institucionais e de planejamento de ações em ECONOMIA VERDE;
4. Ampliar e diversificar a base de conhecimento para avanço da ECONOMIA VERDE.

O processo de planejamento e sua transformação acontecem no momento em que a sociedade, ao olhar de forma crítica para os aspectos que influenciam sua qualidade de vida, reflete sobre os fatores sociais, políticos, econômicos e ambientais que originaram o atual cenário e, ao agir, busca modificá-lo de forma a melhorar sua qualidade de vida.

Partindo desta premissa, este Plano de Mobilização proposto para orientar os encaminhamentos para a elaboração e implementação dos **Planos Diretores Participativos de Desenvolvimento Territorial** nos municípios com população inferior a 20 mil habitantes, espera contribuir para a formação de cidadãos comprometidos em atuar coletivamente rumo à construção de sociedades sustentáveis, como preconizam os ODS – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

É preciso mais que sonhar.... É preciso agir para a construção de um futuro melhor e mais justo. Urge, pois, identificar as questões prioritárias, refletir sobre as possibilidades de atuação e construir processos organizados de participação da sociedade para construção coletiva.

Afim de que possamos compatibilizar o crescimento socioeconômico do município com as questões ambientais, há a necessidade de que a metodologia trabalhe na: Mitigação das Mudanças Climáticas, protegendo o Meio Ambiente com uma Economia de Baixo Carbono, assim como garantir emprego pleno/produtivo e trabalho decente/digno para todos.

Este Plano de Mobilização pretende ainda ser um convite à participação da sociedade, ao cidadão, aos gestores municipais, ao empresariado, aos empreendedores, às donas e donos de casa, aos pais e as mães desempregados e a todos aqueles que de alguma forma se sentem despossuídos de seus Direitos Constitucionais, para que, com total abertura ao diálogo, às diferenças e às diversas possibilidades que certamente surgirão ao decorrer da caminhada, possam expor os sonhos de viver em um “habitat” adequado com espaços dignos, por meio de soluções compatíveis com a natureza da demanda socioeconômica de todos os grupos que compõem a nossa sociedade.

O que me fez lembrar da poesia de Antônio Machado: “.... caminhante, não há caminho, se faz caminho ao andar”

Que o direito a esta caminhada, ao caminho que se pretende andar e as conquistas e mudanças a serem alcançadas sejam para todos, o direito de se ter um lugar para se viver, sonhar e morar com dignidade, alegria e esperança!

Eduardo Cairo Chiletto

Coordenador na PAGE-MT - The Partnership for Action on Green Economy

Introdução

Este **Plano de Sensibilização/Mobilização/Capacitação** é um esforço de instrumentalização, um material orientador que pretende instigar os diversos atores sociais a participarem de forma ativa e organizada na elaboração dos seus Planos Diretores de Desenvolvimento Territorial, exercendo, de forma qualificada, seu fundamental papel de protagonista, assim como atuar no controle social e nas ações a serem desencadeadas.

Em Mato Grosso o modelo de ocupação territorial produziu nas últimas décadas, e ainda produz, municípios caracterizados pela fragmentação do espaço e pela exclusão social e territorial. O desordenamento do crescimento dos municípios periféricos à capital, associado à profunda desigualdade entre as regiões do Estado, desprovidas de infraestrutura urbana e rural, assim como de regiões abandonadas pelo poder público, denominadas, por exemplo, de “Vale dos Esquecidos”, aprofunda essas características, reforçando a injustiça social dentro dos municípios pertencentes aos 15 Consórcios Intermunicipais existentes (Figura 1), inviabilizando a ocupação sustentável urbana e rural e a melhoria da qualidade de vida para a população.

ESTADO DE MATO GROSSO



Figura 1.: Consórcios Intermunicipais do Estado de Mato Grosso.

Grande parcela dos municípios mato-grossenses, normalmente os mais distantes da capital, com acesso limitado, estão desprovidos de vários tipos de infraestruturas, e aqui podemos destacar as comunitárias, da prestação adequada de serviços básicos, assim como de equipamentos mínimos.

Para minimizar e/ou corrigir esses problemas e colaborar para a mudança deste modelo excludente de ocupação territorial, este trabalho prioriza o apoio ao planejamento territorial e à política de desenvolvimento dos municípios, além de fortalecer a governança local. Dessa forma, temos a missão de elaborar uma nova proposta metodológica para implementação de **Planos Diretores Participativos de Desenvolvimento Municipal - PDPDM**, nos municípios com população inferior a 20 mil habitantes no Estado de Mato Grosso, que incluem entre outras, ações de mobilização e capacitação social - individuais, institucionais e de planejamento, destacando aquelas pautadas em ECONOMIA VERDE.

Vale lembrar que já foram realizados, na **Parte 01 do Projeto**, que denominamos de Diagnóstico neste trabalho, o levantamento da infraestrutura (saneamento básico) dos 106 municípios com população inferior a 20 mil habitantes. Trabalho este sistematizado via Consórcios Intermunicipais.

Desta forma, não será necessário levantar as questões relativas ao Saneamento Básico destes municípios, pois o PMSB – Plano Municipal de Saneamento Básico elaborados em 2015/2016 pelas parcerias FUNASA/UFMT/SECID já possui o diagnóstico e o prognóstico para as ações necessárias ao enfrentamento desta questão, que teve em sua metodologia de trabalho a participação da sociedade.

Sendo assim, é com satisfação que apresentamos este documento de inclusão social e de garantia da participação da sociedade para a concretização de cidades e núcleos rurais inclusivos, com qualidade de vida para todos, com planejamento participativo a ser deliberado nos diversos fóruns de decisão conjunta entre o poder público e sociedade, tornando-os mais resilientes, disponibilizando informações transparentes aos cidadãos e colaborando para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS.

Não se pretende com este material esgotar todas as possibilidades, esclarecer todas as dúvidas e questões relacionadas ao Desenvolvimento Territorial e o quanto ela pode contribuir no enfrentamento da problemática sócio-econômica-ambiental, uma vez que não se acredita em soluções únicas e formatadas.

A riqueza desse processo está na criação coletiva de soluções e estratégias pautadas em princípios democráticos e contextualizados às realidades locais.

O **Plano de Sensibilização/Mobilização/Capacitação** traz algumas orientações metodológicas com o intuito de estimular e contribuir para o desenvolvimento de ações articuladas que tenham como características a participação da população, a continuidade e o comprometimento com mudanças estruturantes pela construção de sociedades sustentáveis.

Dentre elas podemos destacar que será necessário acelerar a promoção de avanços na eficiência energética e na proporção do uso de fontes sustentáveis de energia. Se considerarmos a sustentabilidade como ferramenta motriz, a metodologia a ser aplicada no PDPDM deverá incentivar em seus parceiros:

1. Políticas que orientem Modelos de Produção e Consumo;
2. Políticas que orientem Modelos de Ordenamento Territorial e;

3. Políticas que orientem Modelos de Instituição e Governança.

Compete aos grupos engajados da sociedade e instituições locais realizarem as adequações necessárias à contextualização do **Plano de Sensibilização/Mobilização/Capacitação**, visando sua aplicação às diversas realidades, visto Mato Grosso possuir realidades distintas – regiões ricas alavancadas pelo agronegócio e regiões pobres, estagnadas economicamente, em todos os seus 15 Consórcios Intermunicipais.





CAPÍTULO 01 Principios

1. PRINCÍPIOS

Nesta proposta de **Plano de Sensibilização/Mobilização/Capacitação**, entende-se por mobilização social o ato da promoção da participação dos munícipes no processo de entendimento e aperfeiçoamento da cultura e da ética, onde estão fundamentados os Direitos Humanos que objetivam assegurar a vida digna para todos.

A participação e o controle social como componentes na implementação de políticas públicas, desde a década de 1980, constitui-se em uma importante reivindicação da sociedade brasileira. Desta forma, a nova maneira de conceber o planejamento no país foi desencadeada pelo processo de abertura política e pela promulgação da Constituição Federal de 1988, a qual possibilitou a consolidação do Estado Democrático de Direito.

Como consequência da Constituição, os direitos humanos e desenvolvimento territorial, com destaque aqui para a proteção do ambiente, apresentam-se intrinsecamente interdependentes. Os direitos humanos são baseados no respeito a liberdades e garantias fundamentais como a dignidade, a igualdade e a liberdade, sendo que a sua concretização depende de um ambiente que lhes permita prosperar (Knox, 2012).

Nesse sentido, as alterações climáticas, provocadas pela falta de encaminhamento nas políticas que estariam norteadas no Plano Diretor Participativo, orientariam o gestor público para implementação de ações em questões sócio-econômico-ambientais, colocando em causa os direitos humanos, ao mesmo tempo que uma proteção ambiental efetiva dependeria do exercício correto desses mesmos direitos.

A democracia, como direito fundamental, se concretiza na decisão, tomada por toda uma comunidade, de construir e viver uma qualidade social onde os Direitos Humanos e a vida digna sejam possíveis para todos, como está explicitado nos primeiros artigos da Constituição Brasileira.

Desta forma, “a associação entre os direitos humanos e o ambiente é hoje inequívoca, existindo também uma relação positiva entre defesa dos direitos humanos e sua inclusão nos objetivos da “**economia verde**”. Tal traduz-se numa dinâmica de reforço mútuo e de integração num quadro mais alargado, que inclui os direitos civis, políticos, econômicos e sociais, conceitualizando na linguagem dos direitos econômicos e sociais a ideia do ambiente como um bem comum. Esta abordagem integrada alia à capacidade operacional e mobilizadora da “economia verde”, e sua implementação no discurso político, o carácter universal e congregador da proteção ambiental e defesa dos direitos humanos.”¹

Sendo assim, o **Plano de Sensibilização/Mobilização/Capacitação** visa descrever as ações para a sensibilização da sociedade quanto à relevância do Plano Diretor Participativo de Desenvolvimento Municipal (PDPDM), da importância da sua participação no processo de sua elaboração.

¹ Em: http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/AS_223_art03.pdf . Acesso em: 12/12/2018.



Portanto, a mobilização a que aqui nos referimos, sinônimo de participação da sociedade, é necessária tanto para enriquecer os trabalhos, quanto para atenuar erros de uma visão tecnicista e para legitimar as decisões sobre as prioridades do Plano e as ações municipais advindas do Plano Diretor Participativo.

Diversas são as possibilidades de atuação, e cabe a cada grupo criar e desenvolver a sua forma, de acordo com a sua experiência e as especificidades, potencialidades e demandas locais.

Nesse contexto, o PDPDM deve prevê ações transformadoras, propositivas e continuadas, conforme será apresentado na Parte 03, no decorrer deste documento.

Nosso objetivo é o de elaborar uma metodologia para um Plano Diretor em que o controle social é colocado como necessário – indispensável - à sua elaboração e implementação.

Deve-se buscar o amplo debate de forma que a avaliação da sociedade deva ser encarada como um indicador de desempenho e adequação dos serviços básicos, reivindicando a transparência das ações e dos processos decisórios, a qualidade e a regularidade dos serviços prestados pelo poder público municipal.

Dizemos que para alcançar seus objetivos, a participação da sociedade, deve partir do conhecimento dos problemas urbanos e rurais, gerando um consenso sobre o futuro desejável, buscando a universalização dos serviços, a inclusão social na cidade e no campo e a sustentabilidade das ações.

É importante ainda definir, para fins metodológicos, os elementos constituintes da mobilização social, quais sejam: o empoderamento, a irradiação e a convergência (Figura 2).



Figura 2.: Processo de Mobilização Social. Fonte: Plano de Saneamento do Rio Grande.

1. Empoderamento:



Empoderar significa promover a participação das pessoas, fazendo-as acreditar que elas são capazes de solucionar os problemas que afetam diretamente suas vidas.

Esse processo é um componente fundamental da mobilização, sendo definido por Lino (2008) por irradiação, abrangendo pelo menos três dimensões:

→ **Abrangência quantitativa:**

Na qual cada vez mais pessoas despertam para o exercício da participação social, sendo que as pessoas envolvidas não só devem fazer parte, mas ser parte, compreendendo o processo e participando criticamente das decisões;

→ **Pluralidade:**

Os problemas sociais, que são de todos, devem ser resolvidos por todos. Assim, a participação de todos os setores sociais (poder público, sociedade civil e setor privado), de crianças, jovens e adultos, de mulheres e homens, negros, brancos e gente de todas as etnias tende a enriquecer e dar mais efetividade a qualquer movimento

→ **Organização social:**

A criação de fóruns e redes pode contribuir para promover os processos organizativos.

2. Convergencia:

Mesmo com as suas diferenças, é muito importante que as pessoas tenham a capacidade para definir e buscar objetivos coletivos (LINO, 2008). Toda mobilização é mobilização para alguma coisa, para alcançar um objetivo pré-definido, um propósito comum. Para que ela seja útil a uma sociedade ela tem que estar orientada para a construção de um projeto de futuro.

3. Irradiação:

De modo geral, os níveis de participação social podem ser definidos e classificados de acordo com o grau de envolvimento da comunidade na elaboração do PDPDM.

O MCidades (2011) classificou a participação em seis níveis conforme Tabela 1.

Tabela 1.: Níveis de Participação Social. Fonte: Adaptado do Plano de Saneamento do Rio Grande.

6 Comunidade controla o processo	A administração procura a comunidade para que esta diagnostique a situação e tome decisões sobre objetivos a alcançar no PDPDM.
5 Comunidade tem poder delegado para elaborar	A administração apresenta à comunidade uma pré-proposta de Plano, junto com um contexto de soluções possíveis, convidando-a a tomar decisões que possam ser incorporadas ao PDPDM.



4 Elaboração conjunta	A administração apresenta à comunidade uma primeira versão do PDPDM para ser debatida e modificada, esperando que o seja em certa medida.
3 Comunidade opina	A administração apresenta o PDPDM já elaborado à comunidade, mediante audiência ou consulta pública, e a convida para que seja questionado, esperando modifica-lo só no estritamente necessário.
2 Comunidade é consultada	Para promover o PDPDM, a administração busca apoios que facilitem sua aceitação e o cumprimento das formalidades que permitam sua aprovação.
1 Comunidade recebe informação	A comunidade é informada do PDPDM e espera-se a sua conformidade.
0 Nenhuma	A comunidade não participa na elaboração e no acompanhamento do PDPDM.

O MCidades (2011) ainda apresenta três modos básicos de participação da sociedade: direta; em fases e; por grupos de trabalho (Figura 3).

Se faz mister salientar que nestas três formas básicas de participação é imprescindível haver a presença ativa da Administração Pública Municipal, contribuindo no desenvolvimento do processo e auxiliando a comunidade.



Figura 3.: Modos básicos de participação social da comunidade> Fonte: Plano de Saneamento do Rio Grande.



Conforme o Ministério das Cidades, o planejamento municipal baseado na ampla participação da população exige algumas mudanças no processo, tais como:²

- “Visão renovadora e generosa do poder público de partilhar poder com os diferentes segmentos sociais;
- Nova organização da administração pública com eficiência, transparência e flexibilização de procedimentos;
- Instituição dos canais de participação com implementação de processos contínuos, integrados e descentralizados;
- Regras claras, decididas coletivamente, para a participação em todo o processo, estabelecendo os fóruns consultivos e os deliberativos, os canais permanentes e os temporários, os momentos de abertura e discussão, os momentos de sistematização;
- Firmeza e transparência do grupo coordenador (Grupo de Trabalho), para assegurar que todos tenham direito à voz, como condição de credibilidade e para fazer avançar o processo. Só dessa forma afloram os interesses divergentes, explicam-se os conflitos e, a partir deles, constrói-se o pacto;
- Produção de informação sobre a realidade urbana **e rural**, em linguagem acessível e transparente, democratizando o acesso à informação.” (grifo nosso).



² [http://www.riogrande.rs.gov.br/planosaneamento/arquivos/home/\(Anexo_I\)_Plano_de_Mobilizacao_e_Comunicacao_Social.pdf](http://www.riogrande.rs.gov.br/planosaneamento/arquivos/home/(Anexo_I)_Plano_de_Mobilizacao_e_Comunicacao_Social.pdf)



CAPÍTULO 02 Objetivo

2. Objetivo:

O objetivo do **Plano de Sensibilização/Mobilização/Capacitação** tem por base o disposto no Termo de Referência (TR) para “elaboração de metodologia e de guia para implementação de Planos Diretores Participativo de Desenvolvimento Urbano no Estado de Mato Grosso”, para municípios com população inferior a 20 mil habitantes, bem como orientações do MCidades.

2.1. Objetivo Específico

Preparar plano de sensibilização/mobilização/capacitação para o processo de elaboração da metodologia;

2.1.1. Identificar Segmentos Sociais Atuantes nos Municípios para Participar do Processo.

A identificação e sensibilização da sociedade deverá ser buscada por meio dos seguintes objetivos específicos conforme diagrama (Figura 4).



Figura 4.: Diagrama de Identificação e Sensibilização da Sociedade. Fonte: Adaptado do Plano de Saneamento do Rio Grande.

2.2. Diretrizes

O PDPDM apresentará em sua metodologia, entre suas diretrizes, aspectos determinantes para que as demandas comunitárias sejam, de fato, atendidas. No entanto, não é um Plano que pretende intervir diretamente na problemática da infraestrutura urbana e rural por meio de estratégias pré-definidas, construídas exclusivamente pelo poder



público e baseadas em relatórios técnicos. Ele apresenta, sobretudo, um caráter orientador e articulador das ações a serem desenvolvidas.

Nosso conhecimento demonstra que a concretização das ações é fortalecida na medida em que são valorizadas as inúmeras potencialidades e diferenças regionais existentes. Nesse sentido, este documento procura aprofundar e ampliar o debate, dando destaque a alguns elementos essenciais que direcionam a condução do programa. Quais sejam:

1. Participação comunitária e Controle social³

- Busca estimular os diversos atores sociais envolvidos para interagir de forma articulada e propositiva na formulação de políticas públicas, nos Planos Diretores Municipais e Planos Setoriais, assim como na análise dos estudos e projetos realizados, no acompanhamento das obras em execução e na gestão dos serviços de infraestrutura entre outros.
- A ideia é que a comunidade seja mais do que a beneficiária passiva dos serviços públicos, seja atuante, defensora e proponente dos serviços que deseja em sua localidade, por meio de canais de comunicação e de diálogo entre a sociedade civil, o poder público e os Órgãos de Controle.

2. Possibilidade de articulação³

- Busca a integração de programas, projetos e ações em desenvolvimento urbano e rural que promovam o fortalecimento das políticas públicas. Busca-se, sob uma visão sistêmica e integrada, desencadear um processo que leve a otimização de recursos financeiros e humanos e que tenha como resultado a sinergia entre as ações por meio da interação entre os órgãos públicos de todas as esferas, as iniciativas locais e os diferentes atores sociais envolvidos.

3. Ênfase na escala local³

- Compreende que a participação da comunidade é local, onde os laços territoriais, econômicos e culturais fortemente ligados às noções de identidade e pertencimento estão presentes e marcantes.
- A proximidade da realidade a qual se quer transformar, assim como dos fatores que afetam diretamente a qualidade de vida da comunidade, é um grande estímulo para a atuação cidadã. Acompanhar de perto a evolução e os resultados positivos das ações deflagradas fortalece a participação da população e tende a estimular a adesão de novas pessoas e instituições no decorrer do processo,

4. Orientação pelas dimensões da sustentabilidade³

- Propõe que as intervenções em infraestrutura urbana e rural estejam atentas às suas diferentes dimensões, sejam elas de natureza política, institucional, econômica, ambiental, social ou cultural. A continuidade e a permanência das ações

³ Adaptado de <https://www.cidades.gov.br/>



são fatores determinantes para a sustentabilidade do processo, e devem ser buscadas de forma intencional ainda no planejamento das ações propostas.

- Importantes intervenções são aquelas que além de proporcionarem melhor qualidade de vida ao cidadão, também visem a criação de empregos verdes, que gerem trabalho e renda para a população local.

5. Respeito às culturas locais⁴

- Considera que a diversidade cultural presente no município e no Consórcio Intermunicipal proporciona uma riqueza de olhares e percepções sobre a realidade que deve ser respeitada na condução do processo. As tradições locais, assim como o seu patrimônio histórico e cultural devem ser consideradas no planejamento das ações, uma vez que revelam a ligação da população ao lugar em que se vive.

6. Uso de tecnologias sociais sustentáveis⁴

- Busca alternativas tecnológicas que levam em consideração o conhecimento da população e a aplicação de técnicas simples, de baixo custo e impacto, e que podem ser mais apropriadas, eficientes e eficazes frente à realidade de uma dada localidade.
- O diálogo entre as tecnologias e técnicas de conhecimento da comunidade e aquelas produzidas pelos centros de pesquisa deve ser estimulado sempre que possível.
- A tomada de decisão quanto às tecnologias que serão utilizadas, bem como o sistema de gestão dos serviços, não deve levar em consideração apenas os aspectos convencionais, mas observar na formulação dos seus custos e benefícios a participação da sociedade, a inclusão social, aspectos culturais e tradicionais, entre outros.
- Uso de Tecnologias Verdes, como por exemplo:
 - Projetar e construir edificações que sejam muito eficientes energeticamente (de modo a aproveitar a luz solar e evitar ao máximo o desperdício de energia elétrica), que tenham distribuição de água inteligente (reutilizando água da chuva e água suja para finalidades como descarga em banheiros), que incentivem a compostagem para que haja menos resíduos orgânicos e que sejam mais agradáveis para se morar;
 - Utilização de transporte coletivo elétricos em substituição aos motores de combustão interna;
 - Uso de energética solar: É uma das tecnologias energéticas mais promissoras, já que o sol nunca deixa de nos iluminar;
 - Utilização e produção de biocombustíveis a partir de biomassa via pirólise. Os processos de produção desse tipo de energia possuem características como menor porcentagem de emissão de carbono e redução do gasto com água - em comparação com a produção de etanol.

⁴ Adaptado de <https://www.cidades.gov.br/>





3. UTILIZAÇÃO DO CADERNO

Este Caderno busca incentivar a participação dos diversos atores da sociedade envolvidos ou que desejam envolver-se na elaboração e implementação do Plano Diretor Participativo de Desenvolvimento Territorial, partindo do pressuposto de que cada ator da sociedade pode colaborar com o seu conhecimento e trabalho, assumindo responsabilidades em prol da melhoria da qualidade de vida de sua comunidade e interesses coletivos. Neste sentido, o caderno atenta sobre as questões relacionadas a infraestrutura urbana e rural no município.

As ações e estratégias propostas pelo Caderno estão contidas no Plano de Atuação, que está dividido em 5 pilares⁵.

PLANO DE ATUAÇÃO

A importância da participação social e organização comunitária.

Que aborda a necessidade de articulação entre os diversos atores sociais envolvidos e apresenta diversas possibilidades de contribuição desses atores no desenvolvimento dos trabalhos.

O planejamento do diagnóstico participativo.

Que destaca algumas informações sobre a realização de diagnósticos e apresenta uma proposta metodológica baseada em temas-geradores, que abordam as diferentes dimensões do território, e buscam proporcionar informações e subsídios necessários da realidade;

O plano de intervenção participativo.

Que esclarece o que são intervenções e apresenta algumas sugestões de ações baseadas em um cenário hipotético, considerando enquanto possibilidades de intervenção a mobilização social e a implementação de práticas e tecnologias sociais;

O monitoramento e avaliação do processo

Que destaca a necessidade e importância de sua realização, e apresenta questões orientadoras na construção de indicadores de monitoramento, bem como alguns questionamentos que buscam aferir os critérios de avaliação dos trabalhos;

A sistematização do processo

Que aponta para a necessidade e os benefícios de se realizar a sistematização analítica das experiências desenvolvidas, com o objetivo de subsidiar novas iniciativas e oportunizar o surgimento de referências positivas.

⁵ Adaptado do Caderno Metodológico para ações de educação ambiental e mobilização social em saneamento do MCidades.



4. PLANO DE ATUAÇÃO: OS ATORES SOCIAIS E SUAS POSSIBILIDADES DE COOPERAÇÃO

4.1. A Promoção da Mobilização Social:

4.1.1. A Importância da Participação Social.

Preliminarmente a qualquer tipo de ações realizadas com a população e gestores locais, há a necessidade de capacitar, através de minicurso, os Arquitetos e Urbanistas do Consórcio Intermunicipal que coordenarão a equipe multidisciplinar o qual conduzirão todo o processo de elaboração e implementação do Plano Diretor Participativo de Desenvolvimento Municipal.

A DIVULGAÇÃO INICIAL VIA CONSÓRCIO:

Consórcios intermunicipais são parcerias entre municípios para a realização de ações conjuntas, incrementando a qualidade dos serviços públicos prestados à população.

Surgiram como forma de minimizar e superar dificuldades de municípios e recobrar escalas sociais, produtivas e financeiras adequadas, razão pela qual, acreditamos que a mobilização inicial dos prefeitos componentes de cada um dos 15 Consórcios Intermunicipais existentes em Mato Grosso, com reunião específica para apresentação dos trabalhos necessários para implementação dos PDPDM, em cada município, se faz necessária para que os administradores municipais tenham conhecimento inicial das atividades e comprometimento com as ações e benefícios que resultarão do Plano Diretor Participativo de Desenvolvimento Territorial e promovam a cooperação necessária para implementação de ações de infraestrutura urbana e rural.

A AMM – Associação Mato-grossense dos Municípios é uma importante parceira neste processo, vistos seus objetivos serem: Congregar os Municípios; Promover estudos e pesquisas para o desenvolvimento municipal, integrando ações municipalistas; Estimular a colaboração mais estreita entre as municipalidades e as Administrações Federais e outros órgãos de assistência aos Municípios; Elaborar, aprovar e acompanhar a execução e implantação de planos, programas e projetos; Promover congressos, simpósios, seminários; Estudar e sugerir a adoção de normas legais com o objetivo de direcionar o funcionamento das Administrações Municipais; entre outros.

Várias evidências sugerem que o consorciamento propicia o aumento de eficiência e de qualidade dos serviços ofertados. Por exigir escala de produção incompatível com a demanda da população correspondente, a provisão de serviços, por exemplo de infraestrutura viária (mobilidade urbana e rural) por um único município pequeno pode levar a um excesso de capacidade instalada ou, nos casos mais comuns, à ausência do referido serviço.

4.1.1.1. A Criação do Comitê de Coordenação (CC) e do Comitê Executivo (CE).

A metodologia de construção do PDPDM sugere que o Consórcio Intermunicipal crie o Comitê de Coordenação (CC), e que o poder executivo municipal crie o CE – Comitê Executivo, para propiciar um modelo de planejamento participativo e de caráter permanente.

Entende-se também que estes Comitês são elementos chaves para a interiorização dos produtos a serem gerados na instituição beneficiária (a Prefeitura).

Por outro lado, o CC, é o elemento legitimador da articulação dos atores institucionais, quer do Estado, do município e da sociedade civil, na construção das prioridades que resultarão no Plano, elemento importante para as ações de sustentabilidade da participação da sociedade, nas atividades pós-realização do PDPDM. Destaca-se a importância da implantação da “economia verde”, que é um conceito operacional que visa a construção de um modelo socioeconômico com capacidade para assegurar, simultaneamente, o crescimento e desenvolvimento econômico, a melhoria das condições de vida das populações, mais emprego, redução das desigualdades e da pobreza, e a preservação do “capital natural”.

As decisões do CC e do CE são necessárias para condução do Plano Municipal de Mobilização Social, razão pela qual ambos devem estar criados para apreciar o presente documento, bem como para, ao realizarem suas atribuições, serem agentes e monitores do processo.

Dentre as atribuições do CE – Comitê Executivo podemos citar: a Coordenação Executiva dos trabalhos; Sistematização dos diagnósticos e; Elaboração dos textos finais do Plano Diretor.

4.1.1.1.a. Prefeitura Municipal

Atribuição e Responsabilidades:

1. Cabe a Secretaria responsável pelas questões relacionadas a Agricultura, Meio Ambiente e, Habitação e Urbanismo:
 - a. Levantar e disponibilizar dados relativos aos **Marcos Regulatórios Institucionais** que serão utilizados, visando a ocupação sustentável do solo urbano e rural para a melhoria da qualidade de vida dos munícipes;
2. Cabe a Secretaria responsável pelas questões relacionadas a Finanças:
 - a. Levantar a capacidade financeira do município que será considerada nas etapas de elaboração e implementação do Plano.
3. Cabe a Secretaria responsável pelas questões relacionadas a Comunicação:
 - a. Elaborar junto com a sociedade civil organizada as **estratégias de comunicação, mobilização, capacitação e participação** da população, incluindo a proposta de eventos de discussão com a sociedade.



4. Cabe a Secretaria responsável pelas questões relacionadas a Defesa Civil:
 - a. **Identificar as áreas de risco** e estabelecer as regras de assentamento da população, quando possível.
5. Cabe a Secretaria responsável pelas questões relacionadas a Assistência Social:
 - a. Articular os segmentos organizados visando o desenvolvimento e o bem-estar-social assim como as **estratégias de mobilização e participação da sociedade, disponibilizando informações do CAD Único e os CRASS (Centros de Referências de Assistência em Serviços Social)**.
6. Cabe a Secretaria responsável pelas questões relacionadas a Administração e Chefia de Gabinete:
 - a. Coordenar as **ações políticas e estratégicas** da Prefeitura junto à sociedade.
7. Cabe a Secretaria responsável pelas questões relacionadas a Obras e Viação:
 - a. Fornecer dados relativos aos **serviços urbanos** e os relativos à **limpeza urbana** do município, e demais informações de infraestrutura do município.
8. Cabe a Secretaria responsável pelas questões relacionadas a Educação e Cultura:
 - a. Fornecer dados relativos a **localização das escolas e creches**, demanda, capacidade técnica, projetos de ampliação e disponibilidade das mesmas.
9. Cabe a Secretaria responsável pelas questões relacionadas a Saúde:
 - a. Fornecer dados relativos aos **postos de saúde**, sua localização e dados assistenciais e relativos a capacidade de demanda.
 - b. Fornecer ainda informações sobre doenças de veiculação hídrica que sustentarão a emergência de políticas de fornecimento de serviços de saneamento - **PSF (Programa da Saúde da Família)**.
10. Cabe a Secretaria responsável pelas questões relacionadas a Trânsito e Transporte:
 - a. Fornecer dados relativos aos **serviços urbanos de trânsito e transporte público** a fim de criar uma relação harmoniosa entre o serviço público, o pedestre e o condutor de veículo.
11. Cabe a Procuradoria Geral do Município:
 - a. Fornecer dados relativos no âmbito **judicial, legislativo e fundiário**, buscando qualidade e legalidade nas ações desenvolvidas pelo Plano Diretor.
12. Cabe a Secretaria responsável pela Segurança Pública;
 - a. Fornecer dados da **mancha criminal**, além de fornecer dados sobre **ações de prevenção à violência**, por meio da instalação dos equipamentos públicos.



4.1.1.2. *Sociedade Civil Organizada*

Para garantir a participação de lideranças, instituições e organizações sociais, é imprescindível fazer levantamento preliminar de todas as instituições locais representativas da sociedade civil.

As instituições constituintes da chamada sociedade civil organizada: Organizações não Governamentais (ONG's), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP's), associações, cooperativas, sindicatos e grupos organizados, entre outros, são atores com legítimo poder de reivindicação e influência nas políticas públicas.

Eles são agentes importantes que podem inovar na relação entre município e sociedade por meio da ampliação da participação da sociedade, uma vez que podem atuar junto aos órgãos públicos competentes na cobrança dos investimentos necessários, no monitoramento e fiscalização das ações e empreendimentos, na luta pela eficiência dos serviços prestados ou, ainda, na minimização dos possíveis impactos sócio-econômico-ambientais causados, muitas vezes por ingerência política.

As características organizativas desses grupos possibilitam a celebração de convênios, acordos de cooperação técnica e outros instrumentos jurídicos de parceria, e com isso podem abrir vias legais de acesso a recursos financeiros.

O desafio é o de articular as diversas competências e habilidades específicas de organizações não governamentais, associações, grupos organizados e outros, em prol de um processo integrado de reflexão e intervenção nas políticas e ações em prol do Desenvolvimento Urbano e Rural, na elaboração e implementação do Plano Diretor.

4.1.1.2.a. *Gestores Públicos*

Entre os desafios e atribuições dos gestores públicos está a importância da ação inter-setorial e em redes dentro da administração pública e a formulação de políticas públicas que estimulem os processos participativos e legitimem decisões coletivas e democráticas.

A intersectorialidade e a rede, para dar eficiência e eficácia à gestão das políticas sociais, exigem mudanças significativas na lógica da gestão para atender os interesses coletivos.⁶

Para tal, é importante proporcionar vias de diálogo nos conselhos e fóruns comunitários existentes, buscando atuar nas tomadas de decisões com o intuito de incentivar a autonomia da população, além de assegurar o controle social que legitime as demandas prioritárias da comunidade.

Destaca-se, ainda, entre as possibilidades de contribuição do gestor, destinar recursos específicos no orçamento para o financiamento de programas, projetos e ações do PDPDM em sintonia com as diretrizes e princípios das políticas públicas orientadoras.

⁶ Junqueira (2004, p. 25).



4.1.1.2.b. Universidades, Centros de Pesquisa e Escolas Técnicas.

As instituições de ensino têm o desafio de:

- Desenvolver projetos permanentes de extensão comunitária relacionados à temática;
- Contribuir para a realização de diagnósticos sócio-econômico-ambientais;
- Promover cursos que incentivem o desenvolvimento de técnicas e tecnologias apropriadas e valorizem a troca de saberes;
- Disponibilizar laboratórios e outras estruturas para a realização das análises que se façam necessárias;
- Elaborar materiais didáticos voltados para as ações de Planejamento Urbano e Rural, valorizando a linguagem popular e a sintonia conceitual e pedagógica com as Políticas públicas relacionadas;
- Educar líderes para uma economia verde.

Na intenção de aportar o conhecimento técnico-científico e se aproximar das demandas da comunidade, é importante que a comunidade acadêmica se faça presente em foros populares, abrindo vias de diálogo que proporcionem a oportunidade de convergir ações e interesses pessoais e coletivos em um processo onde a troca de saberes é alimentada cotidianamente.

4.1.1.2.c. Movimentos da Sociedade.

Os processos de mobilização alcançados no âmbito dos movimentos sociais são importantes ações em prol da defesa dos direitos da sociedade.

Existem movimentos sociais que já atuam especificamente na causa das políticas que tangenciam as questões relativas a elaboração e implementação de Planos Diretores, como: o direito à cidade e o acesso à terra e à moradia, entre outros. Estimular a inserção de tais movimentos nas ações desenvolvidas pelos grupos é um desafio estratégico que deve ser buscado.

4.1.1.3. Parlamentares.

Imprescindível sua participação. A criação de leis e emendas parlamentares destinadas a ações elencadas no Plano Diretor pode ser uma eficiente estratégia de financiamento.

O Legislativo pode criar leis relacionadas a economia verde, que orientem:

1. Modelos de Produção e Consumo;
2. Modelos de Ordenamento Territorial e;
3. Modelos de Instituição e Governança.

É essencial que os grupos envolvidos busquem, em seus respectivos municípios e Estado, sensibilizar e orientar os parlamentares no sentido de agilizar processos de formulação de emendas e aprovação de decretos e portarias relacionadas ao Planejamento da Política Urbana e Rural.

Outra importante possibilidade de articulação conjunta é incentivar a constituição de espaços de debates nas câmaras de vereadores, com o intuito de refletir sobre o Plano Diretor.

4.1.1.4. Agentes Comunitários.

O agente comunitário é um importante ator social no processo de sensibilização, informação e mobilização comunitária, assim como na realização de diagnósticos sócio-econômico-ambientais, uma vez que conhece e convive de forma muito próxima com a realidade local.

O representante do poder público é o ente mais próximo da comunidade. Nesses casos sua atuação é ainda mais destacada, visto que funciona como uma espécie de porta voz para as propostas, programas e ações que visam a promoção da qualidade de vida da população.

4.1.1.5. Instituições Religiosas.

É importante que os grupos religiosos busquem, em seus respectivos municípios, sensibilizar e orientar a população no sentido participar do processo relacionado ao Planejamento da Política Urbana e Rural.

Os processos de mobilização alcançados no âmbito dos movimentos religiosos são importantes ações em prol da defesa dos direitos humanos e da sociedade.

4.1.1.6. Escolas.

É importante envolver e estimular a participação da comunidade escolar na elaboração e implantação do Plano Diretor no sentido de contribuir para a realização de diagnósticos sócio-econômico-ambientais participativos, para o desenvolvimento de intervenções educacionais e para o fortalecimento do intercâmbio escola/comunidade.

Uma interessante possibilidade de atuação é a constituição, no âmbito da escola, de grupos de discussão e ação que envolvam estudantes, professores e funcionários, buscando trabalhar temáticas relacionadas ao Planejamento Urbano e Rural, em especial à moradia, ao saneamento básico e à mobilidade e acessibilidade urbana e rural, além toda a infraestrutura necessária para melhoria da qualidade de vida da sociedade.

4.1.1.7. Setor Privado.

O setor empreendedor adere proativamente em ações de responsabilidade sócio-econômico-ambiental, traduzidas no apoio técnico e financeiro que determinadas empresas e indústrias estabelecem com o poder público e a sociedade civil organizada.

É fundamental interagir com a iniciativa privada, visto a possibilidade de alavancar, pelo empreendedorismo do setor, empregos verdes - aqueles que reduzem o impacto das empresas no meio ambiente e dos setores econômicos a níveis que sejam considerados



sustentáveis, além de reduzir a necessidade de energia e matérias primas - ressaltando a idoneidade e ética das empresas em questão.

4.1.1.8. Órgãos de Controle.

A Rede de Controle do Estado de Mato Grosso é constituída pelas seguintes Instituições:

- Superintendência da Polícia Federal em Mato Grosso (SPF-MT);
- Tribunal de Contas da União – Secretario Substituto De Controle Externo De Mato Grosso (TCU/Secex-Mt);
- Receita Federal do Brasil (RFB);
- Ministério Público Federal – Procuradoria da República em Mato Grosso (MPF/PR-MT);
- Controladoria-Geral Da União – Controladoria Regional Da União Em Mato Grosso (CGU-MT);
- Advocacia-Geral da União (AGU);
- Caixa Econômica Federal (CEF);
- Controladoria-Geral do Estado de Mato Grosso (CGE-MT);
- Ministério Público do Estado de Mato Grosso (MPE-MT); Ministério Público de Contas de Mato Grosso (MPC-MT);
- Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE-MT);
- Procuradoria Geral do Estado; Gabinete da Transparência e Combate à Corrupção; Controladoria-Geral do Município de Cuiabá;
- Procuradoria-Geral do Município de Cuiabá;
- Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Mato Grosso (Cau-MT);
- Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Mato Grosso (Crea-MT);
- Tribunal Regional Eleitoral (TRE).

Sua importância em todo o processo é extraordinária visto que a mesma desenvolve dentro outras ações:

- a) Fortalecimento à transparência da gestão pública, ao diagnóstico e combate à corrupção;
- b) Fortalecimento, ampliação e aprimoramento de articulação institucional;
- c) Estímulo ao controle social, conscientizando a sociedade do necessário exercício permanente da cidadania;
- d) Desenvolvimento de treinamento, visando à capacitação de seus quadros e dos demais agentes públicos.

São instituições fundamentais para responsabilizar quem promove a degradação sócio-econômica-ambiental em suas múltiplas dimensões.

Nesse sentido, medidas preventivas, punitivas e compensatórias são necessárias, destacando-se o importante papel que as instituições que atuam podem ter nesse processo. O desafio é articular em parceria com Rede de Controle, ações que busquem promover tal responsabilização.



4.1.2. O Planejamento do Diagnóstico Participativo

Este item busca evidenciar a importância da realização de diagnósticos participativos para a compreensão da realidade municipal, sob a ótica da população de um determinado município (área urbana e rural), do Consórcio Intermunicipal em que o município se insere (região), e para o direcionamento de intervenções sócio-econômico-ambientais significativas.

Seu conteúdo enfatiza a importância da participação da comunidade em todo o processo e apresenta uma proposta metodológica baseada em temas geradores relacionados à infraestrutura urbana e rural e à realidade das comunidades locais.

Com a realização do diagnóstico se conhece a realidade. Ele é uma aproximação daquilo que se quer entender via a utilização de métodos, técnicas e instrumentos. Ao realizar o diagnóstico, sob o olhar da sociedade, do município, busca-se compreender, no espaço e no tempo, como o lugar é em função, neste caso, da sua infraestrutura sócio-econômico-ambiental.

É essencial conhecer a realidade local, suas peculiaridades, carências e experiências de êxito, para então planejar e implementar ações que busquem corrigir os problemas encontrados.

Há várias metodologias para a execução de diagnósticos, algumas utilizam procedimentos simples, de fácil aplicação. Outras utilizam técnicas e ferramentas mais elaboradas, que buscam um aprofundamento do conhecimento e da realidade. Assim, a escolha vai depender dos objetivos, do tempo e dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, assim como do nível de aprofundamento pretendido.

Como já elencado anteriormente, mas é sempre bom ressaltar, a realização de diagnósticos sem a participação da comunidade em questão, certamente não trará sustentabilidade aos programas, projetos e ações que deles venham a se desdobrar. Não haverá interesse e proatividade por parte de uma comunidade, se esta não participar efetivamente da elaboração e da realização do diagnóstico e do processo desde o seu início.

4.1.2.1. As Reuniões

As reuniões, nos Comitês e nos diferentes setores de mobilização, ao longo das diversas etapas, por sua dinâmica presencial, são um grande elemento de divulgação do processo de construção do PDPDM. As mesmas têm um efeito multiplicador real que não podemos quantificar.

Espera-se que após cada reunião o processo de comunicação social espontânea, no âmbito familiar, na vizinhança, nas escolas e nos locais de trabalho, seja um importante coadjuvante para a ampliação da participação social na construção do PDPDM.

4.1.2.2. Plano de Intervenção - Proposta Metodológica

Como já esclarecido, o Plano Diretor deve ser elaborado e implementado com a participação efetiva dos cidadãos.

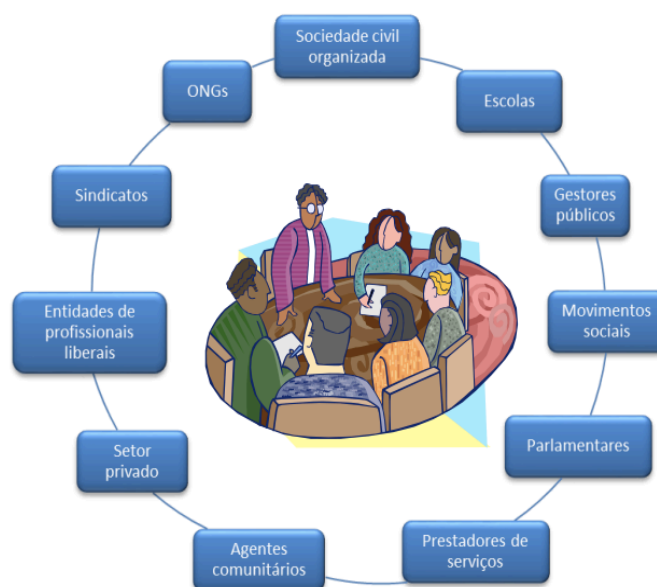
O processo deve ser conduzido pelo poder Executivo, articulado com os representantes do Poder Legislativo, dos Órgãos de Controle e da sociedade civil.

Todas as etapas do Plano Diretor devem ser conduzidas e acompanhadas pela equipe técnica da Prefeitura Municipal, por moradores do município e, se possível, por consultoria especializada e específica.

Como já elencado, a Prefeitura deve definir uma equipe de coordenação executiva, formada de técnicos de diversos setores da administração.

Uma equipe técnica multidisciplinar é importantíssima em todo o processo, podendo ser composta, dependendo do município com o apoio do Consórcio Intermunicipal, por no mínimo:

- Coordenador: Arquiteto e Urbanista (obrigatoriedade por Lei);
- Profissional graduado em Geografia e/ou Geologia e/ou Engenharia Civil;
- Profissional graduado em Ciências Sociais Aplicadas, Sociologia, Pedagogia, Psicologia e ou Serviço Social;
- Profissional graduado em Direito;
- Profissional graduado em Ciências Econômicas; e
- Profissional graduado em Agronomia e/ou Biologia.



As potencialidades, fragilidades e condicionantes ao planejamento Municipal, no que compete à necessidade da elaboração e implementação do Plano Diretor, devem estar intimamente ligadas e relacionadas ao processo de Desenvolvimento Sustentável, procedimento este iniciado pela ONU em 2013, seguindo mandato emanado da Conferência Rio+20, ou seja, aos **Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS** que deverão orientar as políticas e as atividades e objetivos a serem alcançados pelos Planos Diretores Participativos, assim como as orientações da Terceira Conferência das Nações Unidas sobre Moradia e Desenvolvimento Urbano Sustentável, que adotou em 2016 a **Nova Agenda Urbana** — documento que orienta a urbanização sustentável pelos próximos 20 anos.



O planejamento participativo depende da cooperação de diversos segmentos na elaboração do plano.

Tal planejamento busca incluir a população nas decisões governamentais, com vistas a superar o enfoque tecnicista do planejamento tradicional, possibilitando a definição de prioridades mais voltadas para as **reais necessidades da sociedade**.

Nesse contexto, o planejamento deve assegurar a ampla divulgação das propostas e dos estudos que o fundamentam, bem como o recebimento de sugestões e críticas por meio de reuniões, audiências ou consultas públicas e sua análise por órgão colegiado com representação da sociedade organizada.

Entretanto, o plano deve ser analisado quanto à sua viabilidade em diversos aspectos (Figura 5), que por fim indicarão a viabilidade da sua própria realização e consequentemente dos seus produtos. As ações propostas no plano devem ser factíveis e condizentes com a realidade de cada município.



Figura 5.: Principais aspectos do estudo de viabilidade do plano.

Vamos entender o que significam estas viabilidades:

I. Viabilidade Econômica

- a. Considera os custos das intervenções propostas, tanto os de implantação (investimentos), como os de operação e manutenção posterior (despesas de custeio), os recursos disponíveis e as condições de financiamento



desses custos, inclusive a capacidade de geração de receitas próprias e outras fontes e formas de sustentabilidade ao longo do tempo.

II. Viabilidade Política

- a. Envolve considerações sobre o contexto político em que se insere o Plano Diretor e as possibilidades concretas de sua execução, a capacidade de dialogar e de tratar os diferentes interesses dos protagonistas da cena urbana, ou seja: políticos, movimentos sociais, ONGs, funcionários do aparato municipal e interesses privados, entre outros.

III. Viabilidade Técnica

- a. Considera a disponibilidade de matéria-prima e equipamentos para execução das intervenções;
- b. A adequação das tecnologias propostas à realidade cultural, social e ambiental; e
- c. A existência de pessoal capacitado para desenvolver/executar as ações planejadas.

IV. Viabilidade Institucional

- a. Avalia a capacidade de governar, de dispor das estruturas e condições administrativas e legais para realizar e executar a ação de planejamento.

V. Viabilidade Ambiental

- a. Avalia os impactos positivos e negativos do Plano Diretor sobre o ambiente físico, o natural e o patrimônio artístico, histórico e cultural.

VI. Viabilidade Sociocultural

- a. Corresponde ao estudo da compatibilidade dos custos dos programas e projetos a serem implementados com a realidade socioeconômica local e da população beneficiária. Refere-se, ainda, à análise dos impactos sociais e culturais da implementação do Plano Diretor.

A pergunta que se faz necessária para a etapa da metodologia a ser implementada para a elaboração do Plano Diretor é: Que futuro os munícipes querem para seu município?

Um município com Desenvolvimento Sustentável:

- A **sustentabilidade sócio-política** centra-se no equilíbrio social, tanto na sua vertente de desenvolvimento social como socioeconômica.
- A **sustentabilidade econômica**, aqui enquadrada no âmbito do desenvolvimento sustentável, passa a ser um conjunto de medidas e políticas que visam a incorporação de conceitos ambientais e sociais ao planejamento urbano, com foco no empreendedorismo e geração de trabalho, empregos verdes e renda.
- A **sustentabilidade ambiental** consiste na manutenção das funções e componentes do ecossistema urbano e rural, de modo sustentável.



As metas da metodologia participativa para a elaboração do Plano Diretor devem visar a promoção da **eficiência do uso de recursos energéticos e naturais**, da **infraestrutura sustentável** e do **acesso a serviços básicos**.

Entretanto, na dinâmica de interações existe uma transversalidade que lhes é própria. Ou seja, as potencialidades de determinado eixo pode vir a impactar vários outros desafios a serem trabalhados na metodologia participativa do Plano Diretor, que, por sua vez, podem se associar a diferentes outros eixos, fruto da natureza orgânica da estratégia adotada de flexibilidade para considerar os ajustes que forem necessários em função das alterações de variáveis e de cenários que possam impactar a atividade.

Nada mais natural, afinal, na Política de Desenvolvimento Urbano e Rural no mundo contemporâneo, as opiniões, interesses e demandas da sociedade evoluem com celeridade.

Significa, ainda, tomar ciência do conhecimento prático e da vivência da população frente ao objeto. Ou seja, o ator que participa do planejamento faz parte da realidade que está sendo avaliada e coexiste com outros atores que participam do planejamento.

A concepção dessa metodologia é a superação do conceito de etapas que prevalece no planejamento tradicional, substituindo-as por “momentos dinâmicos”, não excludentes, que não se esgotam e podem coexistir e se reformular, durante toda a vida do Plano Diretor.

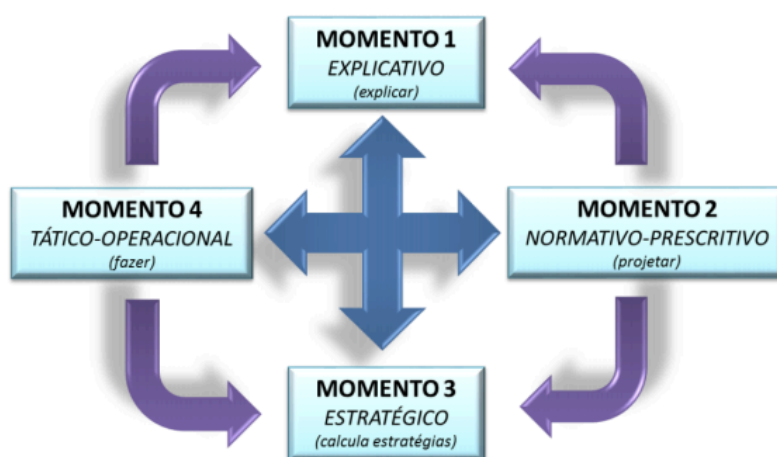


Figura 6.: Planejamento Estratégico Situacional (PES). Fonte: Elaborado com base em Brasil (2011f).

Na concepção de um Plano Estratégico Situacional - PES, o ator que participa do planejamento faz parte da realidade que está sendo avaliada e coexiste com outros atores que participam do planejamento. Já a “situação” passa a ser a palco onde se encontram os atores e suas ações, fazendo com que a contradição e o conflito sejam assumidos.

4.1.2.2.a. Capacitação dos Técnicos Municipais:

Esta atividade deverá ser desenvolvida através de Oficina, volta-se à capacitação das equipes de coordenação e gestores municipais em técnicas de sensibilização,

envolvimento e de estruturação e desenvolvimento de oficinas para as leituras comunitárias e demais fases da elaboração do Plano Diretor, devendo se utilizar:

- De aulas expositivas, diálogos e recursos audiovisuais na apresentação de conteúdo teórico;
- De discussão, facilitada por consultor do PNUD/PAGE, acerca da revisão teórica e atualizada sobre elaboração e implementação de forma participativa, consoante orientação do livro **Plano Diretor Participativo: Guia para Implementação pelos Municípios e Cidadãos**, entre outras bibliografias;
- De estudo de Caso – apresentação de estudo de caso relativo a um plano, a ser escolhido em conjunto entre PNUD e PAGE;
- De facilitação em grupos para a realização de Planos de Trabalho das etapas de elaboração do Plano Diretor.
- De aplicação de técnicas como Psicodrama para facilitar o entrosamento e a explicitação/resolução de conflitos.

4.1.2.2.b. Estratégia de Divulgação e os Principais Instrumentos para a Promoção da Necessária Participação Social:

A estratégia de divulgação do PDPDM busca promover, por diversos meios, canais para que os cidadãos saibam o que está sendo feito, possam expressar os problemas sentidos, entender suas tendências, oferecer sugestões, acompanhar o processo, participar da construção de alternativas e conhecer os resultados dos trabalhos.

Antes da convocação das pessoas deve-se em um primeiro momento planejar as atividades de comunicação social de forma a evitar o risco de um efeito contrário.

De modo geral, a tendência dos indivíduos é de se afastar quando não conseguem compreender sua função e os propósitos da ação (ANDI; Oficina de Imagens, 2009). Para evitar este processo de afastamento é necessário, antes de tudo, estabelecer reuniões de planejamento da equipe municipal responsável pelo PDPDM para delinear e responder as seguintes questões:⁷

a. Por que comunicar?

É imprescindível que a equipe envolvida tenha claro o que se pretende alcançar com tais iniciativas, antes de produzir os materiais ou solicitar apoio dos veículos de imprensa.

b. Para que comunicar?

O levantamento de procedimentos em experiências exitosas no município pode fornecer informações importantes quanto ao grau de participação da sociedade, sendo que se o grau for muito baixo um dos objetivos da comunicação deverá ser o aumento do número de participantes.

⁷ Olanejamento da Atividade de Comunicação Social. Fonte: Adaptado do Plano de Saneamento do Rio Grande.



c. Com quem comunicar?

O público-alvo é toda a população residente no município.

d. Como comunicar?

A divulgação dos estudos e diagnósticos produzidos deverão ser disponibilizados tão logo sejam aprovados, de modo a permitir maior interação entre a equipe técnica e o público. Durante o processo, deverá ser avaliado também se os meios escolhidos estão provocando o impacto almejado.

e. Quem vai comunicar?

A prefeitura municipal será a responsável pela comunicação social, sendo que Comitê Executivo atuará no planejamento, acompanhamento e aprovação dos materiais, bem como na participação conjunta em ações diretas com as comunidades.

Para que isto ocorra, diversos instrumentos poderão ser utilizados, dentre eles:

1) A carta-convite

A partir do levantamento das principais instituições públicas e privadas e da sociedade civil, o Prefeito e o Secretário Executivo do Comitê de Execução (CE), emitirão uma correspondência informando o início e os objetivos dos trabalhos, bem como solicitando ampla participação e indicando os canais de acesso na construção do Plano.

O uso deste instrumento é necessário para que autoridades, lideranças, meios de comunicação, faculdades, associações, ONGs e outros, sintam-se convidadas de forma oficial e direta para participarem do processo. Com isto a administração municipal estará declarando o seu compromisso de promover ampla participação no processo de construção do PDPDM.

2) Os folhetos, banners, cartazes e faixas

A participação depende de se ter conhecimento da existência dos eventos e dos seus propósitos, por esta razão folhetos e cartazes explicativos do que é o PDPDM, sua importância para o município e desenvolvimento da cidadania e, como participar no mesmo, deverão ser utilizados.

Assim, folhetos a serem distribuídos na Prefeitura, principais escolas, faculdades, agências bancárias, associações de moradores, espaços de culto religioso entre outros, poderão ser um ótimo instrumentos de divulgação utilizados no Plano de Mobilização.

Para as diferentes etapas do processo (Conferência inicial, fase de diagnóstico, fase de prognóstico, fase das propostas do Plano e Conferência final), deverão ser emitidos folhetos específicos, para convidar e manter a população informada sobre o processo de andamento dos trabalhos e assim propiciar a sua participação nas atividades de mobilização previstas.



Por ocasião dos eventos maiores (conferências), sugerimos a colocação de faixas em pontos estratégicos, para maior divulgação do mesmo, local e hora.

Banners podem ser usados nas Oficinas, reuniões com indicações diversas das etapas e conteúdos do Plano.

3) A urna para recepção da participação:

Em pontos específicos e distribuídos ao longo da cidade e na zona rural, assim como na entrada da local da realização dos eventos, sob um cartaz identificador (banner) do PDPDM, sugerimos colocar uma espécie de urna para a recepção de comentários, sugestões e críticas da situação do município e do PDPDM.

Em reuniões conjuntas, dos CC e CE, estas urnas deverão ser abertas e suas informações quantificadas se dadas a conhecer para os participantes da reunião, servindo para subsidiarem o processo de mobilização e de construção do PDPDM.

4) O uso de meios auditivos: a rádio e o carro de som:

As informações iniciais indicam que o "carro de som" é bastante usual na cultura dos municípios do Estado de Mato Grosso, é o mais conveniente para ser utilizado no dia a dia, assim como no dia anterior aos maiores eventos do PDPDM.

Sugerimos que as mensagens, além de conterem as informações necessárias (quem convoca objetivo, local, hora), deverão estar permeadas de pequenas informações sobre a realidade das carências municipais, para serem mais atrativas e atingirem o cotidiano e interesse dos cidadãos.

5) O site e mídias sociais do projeto:

O site e as mídias sociais são instrumentos e uma estratégia de divulgação e multiplicação que oportuniza o acesso além das fronteiras municipais, atingindo inclusive o Consórcio Intermunicipal no qual o município está inserido, estimula a participação na discussão de problemas e divulga a realidade local do município (zonas urbanas e rurais).

Como o projeto origina-se em um Consórcio Intermunicipal, o site poderá ser um link do site do Consórcio, o que será informado amplamente pelos meios de divulgação acima apresentados.

No site a população terá informações dos diferentes municípios do consórcio que estão realizando os PDPDM e suas realidades. Isto permitirá comparações e irá reforçar os objetivos do consórcio de criar maior unidade e interação regional.

O site poderá ser utilizado inclusive pela rede escolar, para subsidiar os docentes e alunos em suas atividades, pois permitirá o acesso as palestras temáticas e informações on-line.





Figura 7.: Estrutura do Site Adaptado da FUNASA: Fonte: PMSB/FUNASA

4.1.2.2.c. Levantamento de Informações e Identificação de Cenários:

Se constitui na etapa de conhecimento da realidade local e identificação dos cenários apresentados. Para tanto devem ser acrescidos temas inspiradores na busca pelo conhecimento e entendimento da realidade na qual se pretende atuar.

A seleção desses temas-geradores está baseada na pertinência dos mesmos em relação às questões relacionadas ao Desenvolvimento Sustentável Urbano e Rural. Entretanto, acredita-se que outros temas devam emergir das observações, vivências, experiências e conhecimentos que a comunidade tem acerca da sua realidade. Assim, para cada localidade, existirão temas-geradores particulares que poderão compor o diagnóstico.

Sugerimos que a metodologia para a elaboração do Plano Diretor Participativo contemple todos os setores e aspectos da Política Urbana e Rural – o planejamento urbano, a regularização fundiária, a prevenção e erradicação de riscos, a reabilitação de áreas urbanas centrais, a prevenção e mediação de conflitos fundiários urbanos e rurais, a habitação, o saneamento básico, a mobilidade e acessibilidade urbana e rural, a economia verde, e outros relevantes, assim como e em especial os **ODS** e a **Nova Agenda Urbana** - em um horizonte de planejamento, na sua primeira versão de 6 (seis) anos, abrangendo todo o território do município, suas áreas urbanas e rurais. E nas futuras revisões a cada 10 (dez) anos.

A metodologia para elaboração e implementação do Plano Diretor Participativo deve:

- i. Promover a organização, o planejamento e o desenvolvimento da política urbana com destaque no setor de habitação, saneamento e mobilidade, com ênfase na capacitação gerencial e na formação de recursos humanos, considerando as especificidades locais e as demandas da população;

- ii. Promover o aperfeiçoamento institucional e tecnológico do município, visando assegurar a adoção de mecanismos adequados ao planejamento, implantação, monitoramento, operação, recuperação, manutenção preventiva, melhoria e atualização dos sistemas integrantes dos serviços públicos;
- iii. Contribuir para o desenvolvimento sustentável do município, em suas áreas urbanas e rurais;
- iv. Assegurar que a aplicação dos recursos financeiros administrados pelo poder público se dê segundo critérios de promoção de salubridade ambiental, da maximização da relação benefício-custo e de maior retorno social interno; e
- v. Utilizar indicadores no planejamento, execução e avaliação da eficácia das ações.

4.1.3. Plano de Intervenção Participativo

Esta atividade deverá ser desenvolvida em etapas, conforme o que se segue:

4.1.3.1. Os levantamentos de Informações Estruturadas: Leitura da Cidade.

Nesta primeira etapa as providências devem se voltar para reuniões com “conhecedores do tema e/ou dos setores de mobilização”, urbanos e rurais, deverão ocorrer para que a construção dos conhecimentos, enriquecido pela vivência dos mesmos sobre a realidade local do município.

Assim, lideranças de associações de produtores, de associações de bairros, agentes comunitários, diretores das escolas das áreas de mobilização rural e da rede municipal urbana, técnicos de extensão rural e outros, serão particularmente motivados para participarem das atividades.

Estas informações, depois de compiladas pelo CE, serão utilizadas para retroalimentar as reuniões de trabalhos e subsidiarem as análises técnicas.

Temas geradores sugeridos:

I. Dotação de Infraestrutura

A deficiência na dotação de infraestrutura de habitação, mobilidade e acessibilidade, à equipamentos comunitários (Hospitais, Escolas, Centros Esportivos, Biblioteca, Praças Públicas, etc...), e outros, podem acarretar impactos sociais que afetam a população de forma direta.

Informações detalhadas sobre a infraestrutura são fundamentais para conhecer as necessidades da comunidade em relação aos serviços urbanos e comunitários e, consequentemente, para traçar um plano de intervenção que possa atender a algumas das demandas diagnosticadas.

É importante para o diagnóstico que os aspectos relacionados à infraestrutura sejam objetos de análise e reflexão. Quanto mais detalhado for o diagnóstico mais elementos e subsídios serão disponibilizados para a elaboração e implementação do plano de intervenção.



II. Qualidade dos Serviços Públicos

Deve-se conhecer de forma detalhada a qualidade dos serviços prestados na localidade para, futuramente, poder traçar um plano de intervenção que possa minimizar ou atender as demandas da comunidade em relação aos serviços de infraestrutura.

A dotação de infraestrutura e a prestação de serviços de qualidade são direitos da população, integrantes das políticas públicas, e devem atender as necessidades locais e as exigências da legislação.

III. Políticas Públicas e Programas Sociais

O levantamento das políticas públicas e dos programas sociais contribui para o planejamento das ações de grupos e instituições que pretendam conduzir processos que integrem a área.

Conhecer as possibilidades de acesso aos programas, projetos e ações dos governos federal, estadual ou municipal pode representar o início de articulações potencialmente frutíferas.

A articulação com as diferentes políticas setoriais fortalece o enfrentamento da problemática sócio-econômico-ambiental associada a infraestrutura, uma vez que elas têm ligação direta com a melhoria das condições de vida da população.

IV. Banco de Dados:

Esta atividade permeia e compõe os levantamentos de dados e informações necessárias às leituras da cidade relacionadas as questões urbanas e rurais. A sua conformação deverá contemplar:

1. Base Cartográfica:

A base de trabalho cartográfica e as imagens da cidade e da área rural, que servirão para montagem das cartas, deverá ser constituída conforme o que se segue:

- **Áreas Rurais:** Imagem de satélite e base cartográfica, preferencialmente na escala indicada de 1:20.000, (ou outras, a serem discutidas com a coordenação), com os seguintes elementos mapeados: uso do solo - macro; fragmentos de florestas nativas e ou em estágios avançados de regeneração; hidrografia (rios, reservatórios, barragens e açudes); malha viária principal; divisas municipais e distritais.
- **Áreas Urbanas:** Imagem de satélite e base cartográfica das áreas urbanas na escala preferencial de 1:5.000 (ou outras, a serem discutidas com a coordenação) com os seguintes elementos mapeados: vias de acesso (malha viária); hidrografia; vegetação; uso do solo (áreas antrópicas, industriais, urbanas e pastos).

2. Informações sobre uso e ocupação do solo:

No que tange a ocupação do solo o levantamento deverá observar, no mínimo:



- Implantação das edificações nos terrenos;
- Intensidade de utilização dos lotes;
- Proporção entre espaços construídos e abertos;
- Recuos, afastamentos e gabaritos;
- Tipologia de construção predominante na cidade;
- Ocupação em áreas de riscos iminentes;
- Problemática de verticalização no solo;
- Distribuição espacial da população: áreas de alta densidade de ocupação (aglomerações de prédios altos), bairros populares, bairros de melhor padrão construtivo, favelas, áreas de invasão, setores da cidade excessivamente adensados, vazios urbanos;
- Áreas de interesse histórico ou cultural;
- Áreas verdes necessárias às atividades de lazer e ócio;
- Estrutura fundiária - parcelamentos irregulares;
- Loteamentos aprovados e não implantados;
- Perímetro urbano legal e perímetro da zona de expansão urbana;
- Principais estradas vicinais, destacando trechos problemáticos, entre outros fatores;
- Áreas agrícolas, tipos de culturas;
- Comunidades rurais;
- Assentamentos rurais e outras informações.

3. Informações sobre mobilidade e circulação:

Deverão ser levantados, no mínimo:

a. Sistema viário / Circulação

- Infraestrutura viária deficitária (condições de pavimentação);
- Deficiência no transporte coletivo rural e urbano;
- Adensamento demográfico incompatível com o viário;
- Condições de segurança para o trânsito de ciclistas/demanda;
- Outros.

b. Transporte coletivo

- Itinerários de ônibus do serviço público;
- Áreas servidas por ônibus;
- Pontos de táxi ou lotação;
- Problemas relativos à Insuficiência do serviço, periodicidade, superlotação, etc.

c. Informações Ambientais

No levantamento das informações deve-se considerar, no mínimo:

I. Áreas potenciais de risco para ocupação

- Áreas inundáveis;
- Áreas de alta declividade (acima de 30%);



- Erosão.

Nas áreas de risco, já ocupadas, deve ser pesquisado o número de famílias em situação de maior e/ou menor risco iminente, de modo que possa estabelecer parâmetros para o planejamento de ações de regularização fundiária.

No que tange ao Plano Diretor, especificamente, essas áreas deverão ser tratadas como poligonais (zonas de especial interesse social) objeto de um projeto específico.

II. Áreas de preservação ambiental

- Áreas previamente estabelecidas em lei ou necessárias à proteção de mananciais;
- Áreas com vegetação de porte ou locais notáveis pela paisagem;
- Pontos estratégicos de poluição ou perigo:
 - Pontos de lançamentos de esgoto não tratado;
 - Depósito de lixo;
 - Indústrias poluentes;
 - Depósitos de explosivos ou inflamáveis;
 - Outros.

III. Carta Geotécnica⁸

A avaliação de sua utilização no planejamento urbano e ambiental e de gestão de problemas imediatos permite distinguir três níveis de aplicação:

- Subsídios à formulação de políticas:
 - De Desenvolvimento Urbano e Rural, notadamente na elaboração do Plano Diretor;
 - De Ocupação Territorial e Meio Ambiente, em especial a Legislação de Uso e Ocupação do Solo;
 - De abastecimento de água, tendo em vista que a realidade dos municípios com população inferior a 20 mil habitantes, elencadas no diagnóstico (parte 01 deste trabalho), aponta para a utilização disseminada de sistema de abastecimento isolado através de poços;
 - De esgotamento sanitário quanto à favorabilidade ou não da adoção de sistemas isolados como fossas sépticas;
 - De Limpeza Urbana quanto ao sistema de tratamento e localização de aterros sanitários.
- Subsídios a pareceres técnicos:
 - Quanto à localização de atividades extrativas não previstas em legislação, ex.: argila, areia de goma, areia lavada e cascalho;
 - Quanto à localização de empreendimentos de parcelamento do solo, observando a favorabilidade ou não de ocupação de determinadas áreas.

⁸ Anna Regina FEUERHARMEL, José Antônio Lemos dos SANTOS, Prudêncio RODRIGUES - Aplicação da carta geotécnica de Cuiabá. Rev. IG. São Paulo, Volume Especial 1995.



- Subsídios a estudos técnicos:
 - De expansão do perímetro urbano;
 - De localização de equipamentos, como por exemplo cemitérios;
 - De localização de loteamentos e habitações populares efetuadas pelo Poder Público Municipal;
 - De localização de equipamentos comunitários como, por exemplo, escolas e outros.

d. Informações sobre patrimônio histórico-cultural, paisagístico e arqueológico

Levantar os registros e locais de imóveis tombados ocupados e não ocupados. Este levantamento deve ser espacializado, em plantas com escala adequada, tendo como referências aerofotos e bases cartográficas municipais. Importa, também, ao levantamento de imóveis tombados, considerarem as condições físicas e necessidades de restauração.

Identificar ainda as áreas verdes disponíveis ou onde estas se fazem necessárias ao atendimento das atividades de lazer e ócio dos cidadãos.

e. Informações socioeconômicas

As informações socioeconômicas deverão se levantadas para embasar as análises dos seguintes temas:

- Geração de valor: emprego e renda, produção, finanças públicas;
- Oferta de serviços públicos: saúde, educação, segurança;
- Infraestrutura: transporte, energia, saneamento, habitação;
- Desenvolvimento humano: IDH;
- Dinâmica demográfica: caracterização e distribuição da população e seus movimentos, projeção populacional prevista pelo IBGE para o município em aproximadamente 10 (dez) anos.

4.1.4. O Monitoramento e Avaliação do Processo

Esta atividade volta-se as providências para que os dados levantados deixem de serem apenas insumos dos estudos e passem a compor um **Banco de Dados**. Assim, a execução desta deve ocorrer segundo procedimentos que identifiquem: **fluxos de geração de indicadores; fontes; rotinas; e, periodicidades**, basicamente.

Este deve ser concebido de forma a apresentar uma estrutura capaz de ser alimentada sistematicamente pelos distintos **Sistemas de Informações Municipais**.

Assim, os levantamentos que se constituem providências da leitura da cidade, deverão ser organizados de forma a constituir bases específicas de informações capazes de serem atualizadas sistematicamente, formando uma estrutura de avaliação e controle de resultados das políticas aplicadas.



4.1.5. Sistematização das Informações:

Após a realização do diagnóstico é necessário sistematizar as informações e fazer uma discussão analítica sobre o panorama obtido.

Sistematizar informações é organizá-las de modo a facilitar o entendimento das mesmas, favorecendo sua interpretação e análise. Os dados, quando organizados, apresentam-se disponíveis ao desenvolvimento de ações futuras.

Na etapa anterior (realização de diagnóstico) foram identificadas alternativas sustentáveis. É possível que, em determinados casos, o diagnóstico tenha apontado estratégias para resolver certos problemas, entretanto, para compreendê-los melhor e buscar possíveis soluções é necessário organizar os dados coletados. Com as informações sistematizadas será mais fácil identificar os problemas mais significativos na localidade e elaborar um Plano de Intervenção para o seu enfrentamento.

Nesta etapa estamos propondo as seguintes ações de sistematização das informações: a **Priorização dos Problemas ou das Soluções** e o **Desenho da Rede de Desafios**.

1. Priorização dos Problemas:

Uma vez obtidas as informações acerca da comunidade, nos diferentes aspectos, têm-se o conjunto de problemas identificados em cada tema-gerador.

Quando existem muitos problemas e objetivos a serem atingidos, para resolvê-los ou minimizá-los, há necessidade de se priorizar os mais relevantes. Para fazer essa seleção é importante levar em conta algumas questões:

- a) Quais os riscos reais que a continuidade dos problemas identificados pode causar, em curto, médio e longo prazo?
- b) Quais os impactos que, ao serem solucionados ou minimizados, poderão causar maior benefício a todos?
- c) De que forma essas questões interferem na nossa realidade?

É necessário que sejam estabelecidos critérios para priorizar o ordenamento das soluções dos problemas. Tais critérios deverão ser estabelecidos e pactuados pelos grupos que estão conduzindo os trabalhos. Critérios sociais, econômicos, culturais, políticos, ambientais e técnicos devem ser considerados.

É sempre bom lembrar que ações prioritárias, como sugestão, devem ser aquelas que agregam benefícios a população. Um bom exemplo são as ações que gerem empregos verdes, trabalho e renda.

Estas ações cujos critérios são socioeconômicos, são relevantes saber se as soluções pensadas para os respectivos problemas vão abranger toda a coletividade ou os grupos que estão sendo afetados pelo problema, refletindo sobre até que ponto tais soluções fomentam equidade e justiça social.



Quanto ao critério ambiental, cabe saber se o investimento trará maior proteção aos recursos naturais que estão de alguma maneira sendo impactados ou ameaçados. É importante para a sustentabilidade das intervenções que as tecnologias utilizadas tenham de fato a preocupação em cumprir tal papel.

II. Desenho da Rede de Desafios:

Somente com a realização desta etapa é possível obter uma visão do conjunto dos problemas, a interligação existente entre eles, e a definição dos desafios que serão propostos uma vez que certamente não estão isolados. Eles fazem parte de uma rede de múltiplas relações, onde um é causa/efeito ou consequência de outros.

As estratégias a serem delineadas para a solução de um problema devem levar em conta os efeitos que serão produzidos nos demais problemas inter-relacionados. Por isso, é importante ter clareza da rede de relações entre eles, desenhando-a de forma coerente para propor estratégias mais assertivas.

4.1.5.1. Socialização das Informações:

Após a identificação dos problemas prioritários a serem solucionados e feito o desenho da rede de relações a que eles pertencem, é necessário que sejam socializadas as informações obtidas, se constituindo etapa devolutiva à sociedade.

Constitui-se em uma etapa que busca, ainda, esclarecer a comunidade sobre o que foi realizado, colocando-a a par dos problemas a serem enfrentados, sensibilizando-a e mobilizando-a para contribuir na elaboração do plano de intervenção e na implementação das ações futuras.

É necessário garantir espaços para a divulgação de informações, para a realização de debates e de oficinas. Oportunizar encontros que chamem a comunidade para a efetiva participação na solução dos problemas a instrumentalização para as ações futuras e para o compromisso com ações proativas.

4.1.5.2. Sistema de Planejamento e Gestão:

Esta fase deve contemplar os trabalhos objetivados à definição dos sistemas de planejamento e gestão para promover não apenas a definição das políticas, mas também as ações de monitoramento e controle a serem efetivadas no Município.

O processo de planejamento da política urbana e rural no município deve ter caráter contínuo e ser desenvolvida em diversas etapas. Nesta proposta, vamos abordar a elaboração do Plano Diretor Participativo de Desenvolvimento Territorial, no entanto, o processo completo de planejamento contempla também a aprovação, execução, avaliação e revisão do PDPDM.

O processo, como já elencamos, depende das dinâmicas locais, da capacidade técnica do município, do nível de organização social, dos recursos disponíveis para o processo, dos interesses que estão em jogo e da própria escolha da administração local em relação às abordagens de planejamento.



Sua finalidade é atingir metas específicas no presente e no futuro, levando à melhoria de uma determinada situação e ao desenvolvimento sustentável de uma sociedade (Figura 8).

O planejamento deve ser orientador dos instrumentos metodológicos, administrativos, legislativos e de gestão para o desenvolvimento de atividades num determinado espaço e tempo, incentivando a participação institucional e dos cidadãos.



Figura 8.: Processo de Planejamento.

Como resultado desse conjunto de ações, visando determinado objetivo, gera-se o PDPDM, estabelecido com base em princípios, diretrizes, objetivos, metas, programas, projetos e ações capazes de promover a transformação desejada.

Assim, neste sistema deverá constar:

- A forma de controle social a ser adotada, através da realização periódica de conferências e fóruns, participação e implementação efetiva do Conselho da Cidade, para discutir e deliberar sobre as questões relativas a política urbana e rural;
- As estruturas de planejamento e gestão, no executivo, aptas para atuar de forma integrada e articulada. Nesse sentido, esta etapa deve contemplar uma avaliação das estruturas de planejamento existentes na prefeitura, sugerindo as mudanças estruturais necessárias.

É importante realizar um estudo das práticas de planejamento existente na prefeitura, verificando em que bases ocorrem, se existem procedimentos sistematizados e consolidados, e se existem estruturas orgânicas implantadas, seus equipamentos e sua equipe técnica. Com base nesse diagnóstico, propor mudanças estruturais que habilitem o município à gestão que se pretende.

Pela dimensão dos municípios com população inferior a 20 mil habitantes, aconselhamos que a avaliação da execução do PDPDM deva acontecer continuamente e sua revisão, na primeira gestão de implantação, deve ocorrer em 6 (seis) anos.

Como sugestão: Realizar 1 (uma) Oficina (Fórum de Debates), para consolidar o desenho da estrutura adequada aos sistemas de planejamento e gestão municipal, para fortalecer a gestão democrática que se busca e a governança que se pretende.



4.1.5.2.a. Sistematização do Processo

A sistematização descritiva e analítica das ações deflagradas é necessária para que o processo seja uma referência. São informações sobre o histórico do processo, as metodologias utilizadas, as comunidades assistidas, as principais dificuldades e lacunas encontradas, além das experiências exitosas.

Em geral a sistematização é uma etapa negligenciada no processo. Promover referências que podem ou não ser positivas, mas que certamente trarão aprendizado a outros grupos que venham a desenvolver processos semelhantes é essencial.

Nesse sentido, fica o estímulo para que busquem sistematizar de forma fiel, isenta e qualificada as experiências desenvolvidas.

As possibilidades são diversas, e podem ser expressas em textos, vídeos, entrevistas, gravações e o que mais a criatividade permitir.



5. PRODUTO ESPERADO

Com base no diagnóstico e avaliação dos cenários possíveis, será elaborada a minuta do **PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO** para o município, atendendo os ODS – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e a Nova Agenda Urbana da ONU.

Esta minuta deverá ser discutida com o Executivo e Legislativo Municipal e com os setores representantes da sociedade.

5.1. Formulação do Anteprojeto de Lei do PDPDM:

Esta etapa consolida toda as atividades constituindo a síntese, na forma legislativa, das propostas, objetivos e estratégias discutidos e pactuados pelo poder público e sociedade civil, contendo a proposta do Plano Diretor Participativo de Desenvolvimento Territorial do município.

Para esta etapa aconselhamos a realização de reuniões para debate e elaboração do Projeto de Lei. Realização de pelo menos 2 (duas) audiências públicas, para apresentação dos projetos a sociedade e aprovação dos mesmos.

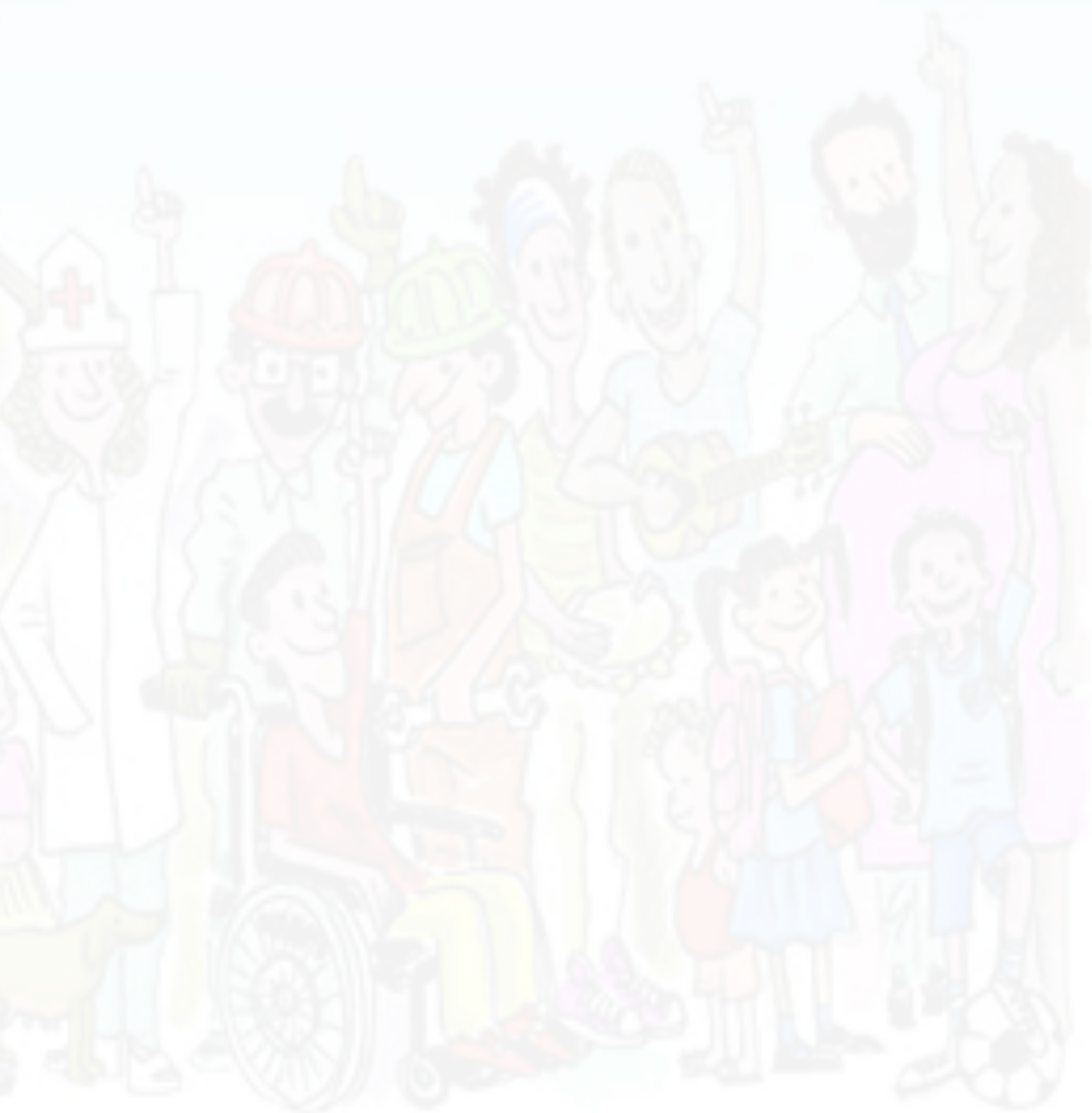
5.1.1. Capacitação para implementação do Plano Diretor:

Após a elaboração do Plano Diretor, várias iniciativas precisam ser consideradas:

1. A sua operacionalização legal, através da implementação dos instrumentos propostos com as minutas das Leis elaboradas;
2. A consolidação dos Sistemas de Planejamento e Gestão embasados nos Sistemas de Informações necessários;
3. As revisões periódicas a serem efetivadas, atendendo ao que determinaram o Projeto de Lei;

Sugerimos como metodologia para que esta etapa se concretize, a realização de 1 (um) minicurso de implementação de Plano, Planejamento e Gestão de Cidades, com ênfase na política territorial (urbana e rural).





6. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

- I. A demanda municipal não só é diferente para os diversos setores sociais como variam e se transformam com a própria dinâmica da sociedade e sobretudo de cada município.
- II. A questão territorial (urbana e rural) possui interfaces com outras questões, sendo inadequada uma abordagem setorial stricto sensu. Muitas vezes o déficit encontrado diz respeito a carências de infraestrutura. Em todos os casos, cabem ao setor público assumir a responsabilidade, em virtude da fragilidade social da população especialmente em condições de pouco dinamismo dos mercados de trabalho;
- III. A resolução da questão urbana e rural extrapola os limites do Município, exigindo uma visão regionalizada e intersetorial;
- IV. Os processos de formulação participativa e o debate amplo e legítimo dos diferentes pontos de vista, bem como a ampliação de parcerias com a sociedade asseguram os ajustes necessários às medidas a serem propostas.

6.1 Resumo do Escopo dos Serviços

O **Plano de Sensibilização/Mobilização/Capacitação** deverá ser desenvolvido em fases não estanques e por vezes concomitantes. Cada fase é caracterizada por atividades específicas e devem culminar nos produtos a serem entregues para acompanhamento dos trabalhos.

A Tabela 2 apresenta um escopo das fases do Plano, os objetivos específicos de cada fase. As ações e os principais recursos.

Tabela 2.: Escopo dos Serviços

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	AÇÕES	PRINCIPAIS RECURSOS
Estimular todos os segmentos sociais a participarem do processo de planejamento.	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar levantamento de metodologias em experiências de êxito quanto à participação social no município; - Identificar as organizações sociais dos diversos segmentos atuantes no município; - Contatar instituições; - Realizar reuniões técnicas e dinâmicas participativas para estimular os participantes. 	<ul style="list-style-type: none"> - Salas para reuniões técnicas; - Veículo; - Telefone convencional; - Telefone celular; - Computador com internet; - Material de expediente.
Divulgar amplamente o processo, as formas e canais de participação e informar os objetivos e desafios do PDPDM.	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar e avaliar o sistema de comunicação local e sua capacidade de difusão das informações e mobilização sobre o Plano; - Disseminar o acesso às informações sobre o diagnóstico e estudos preliminares, os serviços prestados e sua avaliação, o processo e os eventos previstos e as propostas; - Descentralizar as informações produzidas pelo PDPDM; 	<ul style="list-style-type: none"> - Seção Exclusiva do Site da Prefeitura Municipal e no site do Consórcio Intermunicipal para divulgação do PDPDM; - Materiais de divulgação.

	- Disponibilizar as informações necessárias à participação qualificada da sociedade nos processos decisórios do PDPDM.	
Promover a discussão e a participação popular na formulação, discussão de propostas e instrumentos do PDPDM.	<ul style="list-style-type: none"> - Ampliar a discussão sobre aspectos relacionados a infraestrutura urbana e rural; - Promover a interação e o comprometimento da comunidade no processo de elaboração do Plano; - Estimular o diálogo considerando a tradução do saber técnico e saber popular por meio de reuniões; - Submeter o PDPDM a uma avaliação pelos conselhos municipais e demais atores sociais envolvidos com a temática; - Apresentar para a população a versão final do PDPDM. 	<ul style="list-style-type: none"> - Salas para as reuniões técnicas com capacidade para 15 pessoas (aprox.); - Auditórios para realização das Audiências Públicas, com capacidade para 50 pessoas (aprox.); - Auditório para realização da Conferência Municipal com capacidade para 120 pessoas (aprox.); - Sistema de som e dastashow para as audiências e Conferência; - Filmagem para a 1ª Audiência e Conferência Municipal; - Ônibus para conduzir participantes nas audiências; - Material de expediente.
Garantir a avaliação e respostas a todas as emendas apresentadas ao PDPDM.	<ul style="list-style-type: none"> - Coletar subsídios para a elaboração do PDPDM; - Listar as prioridades de atendimento aos serviços de infraestrutura, apontadas pelos representantes de cada bairro/localidade; - Verificar se as informações fornecidas pelos líderes comunitários coincidem com os anseios da população da área de abrangência; - Listar as prioridades de atendimento da população envolvida; - Obter o parecer da população interessada diretamente na construção do plano, garantindo que suas opiniões e necessidades estejam contempladas no PDPDM. 	<ul style="list-style-type: none"> - Seção Exclusiva do Site da Prefeitura Municipal e do Consórcio Intermunicipal para realização da Consulta Pública, com ferramentas computacionais adequadas; - Disponibilização de espaços com computador e acesso a internet.
Buscar a cooperação junto a outros processos locais de mobilização e ação para assuntos relacionados ao Desenvolvimento Sustentável e a Política Urbana e Rural.	<ul style="list-style-type: none"> - Buscar contemplar espaços já constituídos para a elaboração de outros planos, a exemplo do Plano Setorial de Habitação e Mobilidade Urbana; - Estabelecer parcerias para mobilização da sociedade com universidades, empresas públicas, autarquias, secretarias, organizações comunitárias; - Estabelecer parcerias com os conselhos municipais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Salas para as reuniões técnicas; - Veículo; - Telefone convencional; - Telefone celular; - Computador com internet; - Material de expediente.



7. REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR - 9649: **Projeto de Redes Coletoras de Esgoto Sanitário**. São Paulo, 1986.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. **Guia para a elaboração de planos municipais de saneamento básico**, 2006.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. **Programa de Modernização do Setor Saneamento (PMSS). Instrumentos das políticas e da gestão dos serviços públicos de saneamento básico** / Cood. Berenice de Souza Cordeiro – Brasília: Editora, 2009. (Lei Nacional de Saneamento Básico: perspectivas para as políticas e gestão dos serviços públicos).

BRASIL / FUNASA. Fundação Nacional de Saúde. **Manual de Saneamento**.

DEA/MMA - Ministério do Meio Ambiente - Departamento de Educação Ambiental.

JUNQUEIRA, L. A. P. (2004). **A gestão intersetorial das políticas sociais e o terceiro setor. Saúde e Sociedade**, 13(1), 25-36. Recuperado em 7 setembro, 2011, de <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v13n1/04.pdf>.

KNOX, J. (2012), **Report of the Independent Expert on the Issue of Human Rights Obligations Relating to the Enjoyment of a Safe, Clean, Healthy and Sustainable Environment** – Mapping Report, a/hrc/25/53, Human Rights Council.

LINO, ANTONIO. **Mobilização Social**. São Paulo: Museu da Pessoa, 2008. Disponível em: <http://www.museudapessoa.net> Acesso em: 18/12/2018.

PLANSAB - **Plano Nacional de Saneamento Básico**. Brasília, Min. das Cidades, 2013, 173p.

PMSB, **Relatório Técnico do Plano Municipal de Saneamento Básico**. Organizado por Eliana Beatriz Nunes Rondon Lima, Paulo Modesto Filho e Rubem Mauro Palma de Moura. Cuiabá-MT: EdUFMT, 2018.

SANTOS, M. **Urbanização brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1993. VILLAÇA, F. Uma contribuição à história do planejamento urbano no Brasil. In: DEAK, C.;

SCHIFFER, S. (Org.). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1999.

SEPLAN – MT. **Plano de Desenvolvimento MT + 20**. Cuiabá (sem data, Governado Blairo Maggi), caixa com 11 cadernos com os Planos Regionais.

TEIXEIRA, L., MAC DOWELL, M.C. e BUGARIN, M. **Séries de Textos para Discussão. Incentivos em Consórcios Intermunicipais de Saúde: Uma Abordagem de Teoria dos Contratos**. Brasília, 2002. Texto